

PRÁTICAS DA
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 10 - 2020



**Do ultramar ao pós-colonial.
Reflexões de um historiador sobre
Moçambique contemporâneo nos
arquivos de Portugal e Moçambique**

Michel Cahen

Práticas da História, n.º 10 (2020): 249-267

www.praticasdahistoria.pt

Do ultramar ao pós-colonial. Reflexões de um historiador sobre Moçambique contemporâneo nos arquivos de Portugal e Moçambique

Michel Cahen*

Este artigo terá duas partes bem diferentes. A *primeira* será concreta, na qual busco traçar um panorama a partir da minha experiência pessoal, principalmente no que toca aos fundos relativos a Moçambique – tanto em Portugal quanto em Moçambique – durante o período colonial (século XX) e também o primeiro período pós-colonial, de 1975 até 1995, respetivamente a independência de Moçambique e a saída da Onumoz¹ deste país depois da robusta intervenção para organizar as primeiras eleições livres ao sair da guerra civil. Com efeito, do meu ponto de vista, a guerra civil moçambicana (1976-1992) também pode ser analisada como uma guerra dentro do processo de descolonização, que não acaba a 25 de junho de 1975, data da independência formal. A *segunda* parte será uma reflexão sobre alguns aspetos da minha prática nos arquivos coloniais e pós-coloniais. Cabe ressaltar que esta segunda parte vai ser complementar a uma intervenção que já tinha apresentado no IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica, organizado pela Dra. Maria de Lurdes Henriques, do Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, que sediou este evento da Associação Latino-Americana de Arquivos (24-28 de outubro de 2005). A minha

* Michel Cahen (m.cahen@sciencespobordeaux.fr). Centre national de la recherche scientifique/Sciences-Po Bordeaux, Centro de pesquisa « Les Afriques dans le monde », Institut d'études politiques de Bordeaux, 11 allée Ausone, Domaine universitaire 33607 Pessac Cedex, França.

1 Onumoz: Operação das Nações Unidas em Moçambique (1992-1995).

comunicação fora sobre o tema “Arquivos coloniais, arquivos colonialistas? Riqueza e crítica das fontes. O caso dos arquivos da PIDE/DGS e dos SCCIM”².

1. Prática nos arquivos coloniais e pós-coloniais sobre Moçambique, em Portugal e em Moçambique

1.1. Moçambique

Em Moçambique, o principal arquivo é o Arquivo Histórico de Moçambique, que já existia antes da independência (foi criado em 1934) e passou por uma grande expansão depois da independência, mercê de uma política voluntarista do novo governo e da sua primeira diretora, Inês Nogueira da Costa. Um grande esforço foi feito em busca dos acervos das administrações coloniais provinciais e distritais, com vista a concentrá-los em Maputo. Quase todo o país, se é possível colocar nestes termos, foi encaminhado para Maputo, com exceção da Ilha do Ibo e de parte da Ilha de Moçambique. Também foi redescoberto o fundo da Companhia de Moçambique, sobre o qual a própria Inês Nogueira da Costa fez o seu doutoramento³. O problema é que, depois, a capacidade de tratamento foi insuficiente e a situação agravou-se ao longo dos anos. Atualmente, restam quase 7 quilómetros de documentos da administração colonial que ainda não foram tratados⁴. Assim, o século XIX encontra-se bem classificado e disponível, mas só uma parte do século XX o está. Por exemplo, o fundo do governo do distrito da Beira está disponível, mas não o do distrito de Inhambane, etc. Em contrapartida, alguns fundos pós-coloniais estão disponíveis porque chegaram ao AHM já bem organizados, como é o caso do fundo da Comissão Nacional das Aldeias Comunais, que depositou o seu acervo aquando de sua dissolu-

2 As atas desse congresso foram publicadas em CD-Rom pelo IANTT em 2005 e estão em linha no sítio da Torre do Tombo. A minha comunicação está também no sítio Academia.edu: <https://www.academia.edu/19092545/>.

3 Maria Inês Nogueira da Costa, “Inventário do Fundo ‘Companhia de Moçambique’, 1892-1942: uma abordagem funcional da descrição dos arquivos permanentes” (Tese de doutoramento, Universidade Eduardo Mondlane, 1993).

4 Correspondência particular com o atual diretor do AHM, Dr. Joel Neves Tembe, 24 de novembro de 2019.

ção. Como já disse, a parte *moçambicana* do acervo da Companhia de Moçambique está bem organizada, mas, ainda assim, temos aqui só um quarto do arquivo da dita companhia, pois uma parte está na Torre do Tombo (em particular os fundos fotográficos), mercê de uma dádiva da Entrepósito⁵, e ainda há outra parte no Arquivo Histórico Ultramarino (arquivo do Comité de Lisboa da Companhia). E não sei onde estão os acervos dos comités de Londres e de Paris.

O fundo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM) – um serviço de inteligência civil – está principalmente na Torre do Tombo, mas há alguns documentos na Secção Especial do AHM. Quanto à Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE) – Delegação de Moçambique, não há um fundo com este nome, ao que saiba, no AHM, o que coincide com a informação de que o fundo foi queimado pelo Alto-Comissário português do governo de transição, Vítor Crespo, possivelmente a pedido do próprio Samora Machel. Do que é que tinham medo?

Mas globalmente, com toda a evidência, o AHM sofre de anos de falta de meios financeiros e humanos, o que provocou também, a meu ver, uma certa desmobilização do pessoal. A revista *Arquivo*, por exemplo, de excelente teor, há anos que não é publicada.

Mas nem sempre o advento da independência é relevante do ponto de vista arquivístico. Assim, os arquivos do partido Frelimo estão também no AHM, desde 1962 até 1974, mas é de esperar que os anos posteriores estejam também. Este espólio não é aberto, mas há fundos de departamentos da Frelimo, como os de Educação e Saúde, que podem ser consultados, bem como eventualmente os fundos de Relações Exteriores e de Informação e Propaganda. Ou ainda, por parceria, se o investigador ou investigadora participar pessoalmente na organização do acervo⁶.

Na ausência de um arquivo especializado na recolha da documentação pós-independência, é de ressaltar a integração de outro fundo

5 A Companhia de Moçambique deixou de ser uma companhia majestática em 1942, e seu braço comercial transformou-se na Entrepósito Comercial de Moçambique em 1961.

6 Correspondências particulares com o diretor do AHM, Dr. Joel Neves Tembe, 4 e 5 de dezembro de 2019.

pós-colonial no AHM: trata-se do acervo da Onumoz (que organizou/observou as primeiras eleições pluralistas, em 1994), dado ao AHM aquando da sua saída do país em 1995. Está disponível.

Outros fundos que são do período colonial, mas não colonialistas, incluem, por exemplo, o acervo (ou os acervos) de Eduardo Mondlane, que estão em posse da família. Houve um escândalo com o fundo de Marcelino dos Santos, um dos fundadores da Frelimo, fundo este que atravessa os períodos colonial e pós-colonial. A família deitou fora o fundo, colocando-o no meio da rua para que fosse levado para o lixo, em frente da casa do velho dirigente, mas isso foi fotografado, gerou escândalo e parece que uma parte foi recuperada...

Queria chamar a atenção também para outros arquivos, ao mesmo tempo coloniais e pós-coloniais, que são os arquivos religiosos. O arquivo da Igreja Presbiteriana Suíça foi transferido há alguns anos do Departamento Missionário da Suíça Romanda para o Arquivo Cantonal de Lausana e já está aberto para consulta. Vários acervos de congregações católicas estão em Itália, e também em França, mas seria muito útil ter uma lista dessas localizações. Mas ainda há muitos arquivos católicos coloniais e pós-coloniais em Moçambique, nomeadamente os das dioceses, que têm graus muito variáveis de organização, desde aqueles organizados de maneira profissional até aqueles em situação de grande risco. O arquivo de Nampula é muito rico – tendo em conta a personalidade do bispo da arquidiocese por muitos anos, coloniais e pós-coloniais, Dom Manuel Vieira Pinto (1967-2000) –, mas um projeto de uma historiadora brasileira para o organizar não avançou e as últimas informações são que, com o novo bispo, os arquivos já não podem ser consultados por investigadores. Eric Morier-Genoud organizou parcialmente o arquivo da Beira, por ocasião do seu trabalho de escrita do livro sobre a Igreja Católica em Moçambique⁷. Este fundo é riquíssimo pela mesma razão do de Nampula, dado o papel determinante do famoso bispo Dom Sebastião Soares de Resende (1943-1967).

⁷ Eric Morier-Genoud, *Catholicism and the Making of Politics in Central Mozambique 1940-1986* (Rochester: University of Rochester Press, 2019).

O padre Diamantino Guapo Antunes, antigo superior da Congregação da Consolata em Moçambique, organizou profissionalmente os arquivos da diocese de Inhambane. Visto que ele passou a ser bispo de Tete em 2019, tenho esperança de que fará a mesma coisa nesta diocese. Mas não há nenhum programa organizado da Igreja para tratar do assunto.

Também há o grande problema dos arquivos pós-coloniais das administrações locais. Dois doutorandos meus descobriram, nos sótãos dos palácios dos governos provinciais de Zambézia (Quelimane) e Nam-pula, dezenas e dezenas de caixas de “papéis”, isto é, os arquivos pós-coloniais desses governos provinciais, com tesouros de documentação sobre a guerra civil vista do lado da Frelimo. A pesquisa deles teve de ser feita às escondidas, sem autorização formalizada. Pode-se imaginar que também existam centenas de “caixas” nas outras províncias. Esses arquivos correm grande risco porque basta que um governador, com o intuito de recuperar estantes ou disponibilizar salas, decida deitá-los no lixo para que sejam destruídos. Ao que sei, o AHM não tem nenhum programa para os ir buscar e proteger, tampouco para os analisar e catalogar a curto prazo.

Por fim, há o “buraco negro” dos arquivos da rebelião da Renamo durante a guerra civil (1976-92) e nos anos posteriores. A rebelião nunca teve um sistema de arquivo organizado, como o da Frelimo, obviamente. Mas imensos “papéis” foram produzidos. Quando as tropas moçambicanas e zimbabueanas assaltavam quartéis-generais da rebelião, apreendiam sempre “papéis” e “cadernos”⁸. O caso mais conhecido é o dos *Documentos de Gorongosa*, apanhados aquando do assalto à Casa Banana, em agosto de 1985. Ficou conhecido porque o serviço secreto moçambicano, o Serviço Nacional de Segurança Popular (Senasp), publicou muito rapidamente excertos destes documentos, mas só os excertos nos quais aparecia referência à ajuda da África do Sul do *apartheid* à Renamo, apesar dos acordos de Nkomati, assinados a 16 de

8 Aquando da tomada da base central de Garagua, a 4 de dezembro de 1981, foram apreendidos documentos e foram subsequentemente divulgados pelo governo, ficando conhecidos como *Documentos de Garagua* [cf. Anders Nilson, *Paz na Nossa Época. Para Uma Compreensão Holística de Conflitos na Sociedade Mundial* (Maputo/Gotemburgo: Instituto Superior de Relações Internacionais/Padrigu, 2001), 59.

março de 1984, entre o governo moçambicano e o governo sul-africano. Segundo esses acordos, Moçambique cessaria de apoiar o ANC e, por sua vez, a África do Sul cessaria de apoiar a Renamo. Moçambique parou de apoiar o ANC e expulsou os seus dirigentes de Maputo, mas os serviços secretos sul-africanos continuaram a dar um certo apoio à Renamo. No entanto, o acervo de dezenas de *Cadernos de Gorongosa* nunca foi localizado. Pessoalmente, por razões não convencionais, pude trabalhar com alguns desses cadernos, contendo milhares de mensagens rádio, mensagens trocadas entre o QG e os grupos locais sobre os mais variados aspetos da vida diária desta guerrilha de direita. Este trabalho deu origem ao meu recente livro sobre a Renamo entre 1983 e 1985, mas não tenho ideia do rácio entre os documentos a que tive acesso e o total que foi apanhado em agosto de 1985⁹. Os cadernos a que pude ter acesso estão doravante depositados no Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa.

Sei que, durante anos, muitos vídeos da Renamo do tempo da guerra civil foram armazenados na casa de Afonso Dhlakama em Maputo, posteriormente casa da sua ex-mulher, Dona Rosária. Sei quem foi o autor desses vídeos, que ainda hoje é membro da Renamo. Tentei convencê-lo a digitalizar esses vídeos, afinal correm grande risco de perder o magnetismo, mas nunca obtive sucesso.

E a situação é muito mais grave. Como sabem, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, morreu de diabetes a 3 de maio de 2018 na sua base da serra de Gorongosa, onde ficava escondido para escapar das várias tentativas de assassinato ordenadas pelos presidentes Guebuza e depois Nyusi. Em fins de novembro de 2019, soube de fonte que considero segura que o novo presidente da Renamo, Ossufo Momade,

9 Michel Cahen, “Não somos bandidos”. *A vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Incomati (1983-1985)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019). Outras publicações minhas com base nos mesmos documentos de arquivo: “The war as seen by Renamo. Guerrilla politics and the ‘move to the North’ at the time of the Nkomati Accord (1983-1985),” in *The War Within. New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*, eds. Eric Morier-Genoud, Michel Cahen e Domingos do Rosário (Martlesham: James Currey/Boydell and Brewer, 2018), 100-46; “Les ‘Bandits armés’ du Mozambique. De la légitimité dans une guérilla de droite” *20 & 21. Revue d’histoire* I, n.º 1 (2019): 128-141 (dossier “Combattants irréguliers”, eds. Raphaëlle Branche e Julie Le Gac).

mandou queimar o acervo do primeiro presidente, de valor incalculável. Desconheço os detalhes: talvez temesse que a atual ofensiva das Forças Armadas de Moçambique contra as forças residuais da Renamo pudessem levar este acervo a cair nas mãos do poder. Mas uma boa parte devia já estar em Maputo, onde podia estar bem escondida. Se se confirmar, é um atentado contra a história.

1.2. Em Portugal

Há vários arquivos com dados sobre Moçambique do século XX. Não serei exaustivo, até porque falarei unicamente da minha experiência pessoal.

O primeiro é a Torre do Tombo. Como já expliquei, o fundo da PIDE/DGS de Moçambique não entrou porque foi destruído. Mas, felizmente, como a PIDE tinha um serviço muito burocrático, muitíssimas cópias de documentos da Delegação de Moçambique eram enviadas para os serviços centrais em Lisboa. No entanto, não se encontram os autos de interrogatórios.

O fundo dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM) está bem organizado e catalogado. O fundo da Companhia de Moçambique, já citado, em particular a fototeca, foi oferecido pela companhia Entrepoto.

Outro arquivo é, obviamente, o Arquivo Histórico Ultramarino. Este arquivo é um tesouro, mas também um pesadelo, em particular para quem trabalha sobre o século XX. Não estou de modo algum a criticar a direção e a equipa do AHU que, segundo a minha experiência pessoal, posso confirmar que foram sempre muito empenhados em ajudar, em fazer o possível. *Todavia, estou a criticar uma situação*: com toda a evidência, tal como o AHM de Maputo, o AHU sofre com décadas de suborçamentação. Em particular, a documentação que transitou do antigo Ministério do Ultramar aquando da descolonização parece que, por vezes, permaneceu encaixotada tal qual aquando da mudança de instalações, apesar de, outras vezes, ter havido progressos reais. Ainda recentemente, durante três meses de pesquisa, sofri muito

com a insuficiência da catalogação: títulos de caixas demasiado vagos para identificar o conteúdo real, ou títulos errados. Vou dar simplesmente um exemplo: procurava documentação sobre a manifestação de africanos na Beira (Moçambique), em 1932, contra o aumento do imposto indígena que fora decretado pela Companhia de Moçambique para compensar a queda dos seus lucros por causa da crise económica mundial espoletada em 1929. Não encontrei o fundo da intendência do governo português junto da Companhia de Moçambique – embora tivesse encontrado documentos desta intendência em caixas de outros fundos, em particular os da Inspeção dos Negócios Indígenas –, mas um dia identifiquei uma caixa cujo título era “Beira 1932”. Cheio de esperança, pedi a tal caixa. Eram aproximadamente 500 folhas avulsas. A primeira era de 1932 e as outras 499 eram de 1905. Assinalei o erro.

O Arquivo Histórico-Diplomático é muito útil também porque tem os acervos dos postos diplomáticos portugueses em África. No que toca a Moçambique, assinalo em particular os acervos dos consulados ou vice-consulados de Dar-es-Salaam, Zanzibar, Tanga, Nairobi, Mombasa, Salisbury, etc. O AHD é hoje, também, o guardião único do fundo do Gabinete de Negócios Políticos do Ultramar, que em tempos esteve repartido com o AHU.

O Arquivo Histórico Militar é enigmático: tem muita documentação sobre a Primeira Guerra Mundial em Moçambique e até ao final da revolta de Báruê (1921), mas não tem absolutamente nada sobre o período subsequente, até 1961. Não há nada sobre a revolta dos Naharras de 1939 em Mossuril, contra a qual foi enviada uma companhia a partir de Nampula. A partir de 1961, volta a ter documentos, nomeadamente os “jornais de marcha e operações” das unidades militares portuguesas. Parece que o AHM não recebeu muita documentação que devia transitar do Arquivo Geral do Exército¹⁰.

Uma fundação que prestou um grande serviço à história do tar-do-colonialismo foi a Fundação Mário Soares, cujo serviço de acesso

¹⁰ Informação prestada por Maria de Lurdes Rosa, correspondência particular, 4 de dezembro de 2019.

gratuito em linha CasaComum é uma pérola. Por isso, é com muita apreensão que soubemos que a crise financeira desta casa está a agravar-se dia após dia. Muitos acervos pessoais que foram ali depositados dificilmente poderão ser transferidos. Por exemplo, a família de Amílcar Cabral provavelmente nunca aceitará que o fundo deste seja transferido para a Torre do Tombo, arquivo público, isto é arquivo do antigo Estado colonial¹¹. Oxalá o arquivo da Fundação Mário Soares possa continuar a existir, mesmo que com atividade reduzida.

Muitos acervos pessoais estão, por isso mesmo, em perigo: muitas vezes, os filhos, ou ainda mais os netos, não percebem o valor desses “velhos papéis” que ocupam espaços dos quais querem dispor. Outros fundos, penso que vão ser preservados, mas enquanto não forem transferidos para uma instituição pública não ficarei tranquilo. Não há nada mais sólido, apesar de todos os problemas, do que uma instituição pública. Penso nos arquivos de Jorge Jardim ou de Baltasar Rebelo de Sousa (colonial e pós-colonial) e outros mais, bem protegidos e mantidos pelas famílias, mas até quando?

Há o caso triste do arquivo da Companhia da Zambézia em Lisboa. Quando a Frelimo nacionalizou esta companhia em Moçambique, vendeu o seu prédio em Lisboa. E o comprador, que fez obras no edifício, lançou as caixas de “papéis” pelas janelas, que por sua vez caíram no contentor de um camião, rumo ao lixo. O malgrado António Rita-Ferreira chegou só a tempo de ver o camião a ir-se embora... Felizmente, com apoio financeiro da Suécia, ele tinha microfilmado o fundo, ou parte do fundo, para dar os microfilmes ao AHM, o que foi feito. Só que o AHM não tem as máquinas para visualizar esses microfilmes e há aproximadamente 35 anos que os microfilmes estão em Maputo sem ninguém os ter consultado. Não sei em que estado estão.

Queria insistir sobre o que já disse, isto é, que de um ponto de vista arquivístico e até histórico a rutura da independência nem sempre é relevante. Algumas estruturas concernem os dois períodos e o esforço insuficiente das instituições enfraquece tanto a salvaguarda dos fundos coloniais como pós-coloniais.

11 Outra fonte afirma o contrário, que haverá possibilidade de o transferir para a Torre do Tombo.

2. Algumas reflexões sobre o uso dos arquivos

Em primeiro lugar, gostava de fazer uma observação geral sobre os arquivos do período colonial.

2.1. *Por uma prática decolonial da pesquisa arquivística*

Os arquivos do colonizador, do dominante, são sempre muito mais importantes, em quantidade e qualidade, do que os arquivos dos colonizados e dos dominados. No caso de Moçambique, durante o período da guerra colonial, os arquivos da administração colonial, da PIDE/DGS, dos SCCIM, etc. são muito mais importantes do que os dos movimentos anticoloniais – e o que sabemos sobre os pequenos grupos anticoloniais além da Frelimo é quase sempre por intermédio dos arquivos coloniais. Isto cria um problema já levantado em 2005¹², mas que é real: *mesmo de maneira inconsciente* e desprovida de simpatia para com o colonizador e ainda menos pela PIDE, existe a tendência de trabalhar mais tempo e com mais atenção nesses arquivos do que com os do outro lado porque os do outro lado devem em primeiro lugar ser descobertos, localizados e tornados acessíveis (arquivos de tal ou tal antigo dirigente, etc.). A possibilidade de trabalhar meses a fio nas caixas da PIDE ou dos SCCIM na Torre do Tombo, por exemplo, pode, na prática, relativizar a atenção para com os arquivos do “outro lado” e levar a erros importantes de análise. Quer dizer, temos de lutar por um uso decolonial dos arquivos coloniais: isso não se resume a criticar o conteúdo colonialista destes, mas identificar as ausências nestes – e, por isso, nada é mais eficaz do que poder cruzar, quando possível, com fundos da origem contrária, do “outro lado”.

Outro ponto, em particular sobre a PIDE: a PIDE era potente, temida, infiltrava-se nos movimentos anticoloniais. Isto significa que a PIDE sabia de tudo e, sobretudo, que percebia tudo? A PIDE sabia muito, mas tinha limitações também, incluindo financeiras. Ela só conseguiu infiltrar um agente no comité central da Frelimo em 1974,

¹² Ver nota 2.

que até foi membro do CC depois da descolonização... Costa Gomes e Kaúlza de Arriaga confirmaram-me que a parte mais importante das informações que a DGS conseguia sobre a Frelimo não vinha das infiltrações ou dos interrogatórios de presos, mas dos SHERET, isto é, dos serviços de escutas. Além disso, mesmo com informações, a PIDE não percebia tudo; por exemplo, perdeu bastante tempo a procurar saber quem fazia parte da “ala pró-chinesa” ou “pró-soviética” dentro da Frelimo, quando isso era completamente secundário para entender a crise interna da Frelimo em 1968-70. Sim, havia declarações num ou noutro sentido de alguns dirigentes, mas não eram mais do que a expressão externa de tensões internas, que não tinham absolutamente nada que ver com o cisma sino-soviético.

Um método de base do historiador é cruzar as fontes: é preciso também cruzar os arquivos, mas isso nem sempre é fácil. Isso leva-me a falar de outro problema, isto é, a relação entre fontes arquivísticas e fontes orais. Falei disso num pequeno texto – “16 de junho de 1960. Massacre de Mueda, Moçambique” – publicado em 2018 no livro editado por Miguel Cardina e Bruno Sena Martins¹³. Relatei em particular, neste texto, algumas dificuldades de interpretação do “motim” de Mueda de 16 de junho de 1960, no planalto maconde, no extremo norte de Moçambique, então fronteiro com o Tanganhica.

2.2. Pode existir um arquivo oral?

A 16 de junho de 1960, cerca de 5000 Macondes, povo do extremo norte de Moçambique, reuniram-se frente à sede da Administração, a pedido do governador de Cabo Delgado. Com efeito, ele vinha oficialmente responder aos pedidos feitos dias antes por uma delegação de Macondes que tinham emigrado para Tanganhica. Não era a primeira vez que delegações de emigrados macondes iam a Mueda, visto que a situação social na colónia inglesa, bem como em Zanzibar e no Quênia, estava a agravar-se no fim dos anos 1950. Mas qual era a natureza desses pedidos dos emigrados?

¹³ *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de Libertação* (Lisboa, Tinta-da-china, 2018), 40-47.

Para o governador, tudo estava claro: recebeu a delegação, mas logo considerou os seus membros como agitadores manipulados por comunistas do Tanganhica, etc. Mandou prendê-los, mesmo em frente da multidão que tinha ido ouvir as suas respostas. O povo agrupado quis, então, libertar os presos e foram disparados tiros pelos sipaios para os dispersar. Pessoas morreram também no pânico, ou por terem caído da falésia do planalto. A administração colonial nunca recuperou a sua autoridade junto dos Macondes que, daí para a frente, ficaram prontos para a revolta.

A Frelimo, criada dois anos mais tarde, fez desta tragédia não o ponto de partida da luta armada, que oficialmente começa a 25 de setembro de 1964, mas pelo menos o ponto de partida da luta pela independência de Moçambique, embora este episódio demonstrasse, segundo a Frelimo, a falta de maturidade política dos Macondes antes da criação da Frelimo: ir pedir a independência em Mueda era ingénuo, em nome de uma associação tribal, a MANU, isto é a *Mozambique African National Union*, que alguns meses antes ainda era a *Makonde African National Union*. Fora rebatizada a pedido da TANU (*Tanganyika African National Union*), mas sem que isso mudasse a sua natureza. E falou-se em 600 mortos por balas, esmagamento ou queda da falésia. Finalmente, segundo a versão oficial, a MANU tribalista e duas outras organizações regionais, a Udenamo (União democrática nacional de Moçambique) e a UNAMI (União nacional africana de Moçambique independente), uniram-se, permitindo o nascimento de uma organização *nacional*, a Frelimo.

Ora, as minhas pesquisas nos arquivos coloniais, junto de antigos membros da administração colonial, e também com um curto trabalho de terreno em Mueda no ano 2000 (para os 40 anos do massacre), levaram-me a discordar completamente dessa leitura da história. Como já referi, a situação social dos Macondes (e outros moçambicanos) na África oriental inglesa estava a piorar no final dos anos 1950, nas plantações de sisal ou de cravos, onde muitos trabalhavam. A aproximação das independências do Tanganhica e do Quénia era fonte de angústia para esses emigrados posto que, aquando do recenseamento de 1959, já

lhes haviam dito que preparassem o seu regresso a Moçambique; além disso, essas independências também eram interpretadas como a tomada do poder pelos Suaílis que, um século antes, ainda escravizavam os Macondes. Daí, nasceu o desejo de voltar a Moçambique, mesmo se uma parte desses Macondes fosse de segunda geração. Só que no Moçambique de 1958, 1959 ou 1960 ainda havia o indigenato¹⁴; ainda havia o trabalho forçado para os indígenas, seis meses por ano; ainda era impossível obter a carta de condução a quem não tivesse a 4.^a classe, que quase nenhum Maconde tinha e de que não precisavam para ser comerciantes no Tanganhica; havia a cultura forçada do algodão (não no planalto, mas nas partes baixas), etc. Isto é, os Macondes queriam voltar para a sua terra em Moçambique, *mas obtendo da administração colonial portuguesa as mesmas condições vigentes nas colónias inglesas, mais avançadas*: ou seja, voltar sem trabalho forçado, sem cultura forçada, com a liberdade de serem comerciantes. E queriam voltar de maneira coletiva, organizada pela sua associação principal, que não era a MANU, mas a *Mozambique African Association*, rival da MANU. Tinham boas relações com os consulados portugueses da África oriental inglesa porque pensavam poder obter a ajuda deles para voltar. Queriam voltar livres para a sua terra, queriam liberdade para essa terra.

A administração colonial não percebeu nada disso e escolheu a repressão. Será que foi a primeira manifestação pela independência de Moçambique? Afirmo que não. Foi uma manifestação anticolonial, com certeza, porque os Macondes em questão e sua associação punham em causa o funcionamento de aspetos essenciais do sistema tardo-colonial português. Também foi uma manifestação pela liberdade – a palavra era “Uhulo” (*Uhuru* em kisuaíli, que quer dizer “liberdade” e não obrigatoriamente “independência”). Mas se os delegados pediam autorização para instalarem doravante a sede da sua associação em Mueda, ao invés de Dar-es-Salaam ou Tanga, não significava que pediam a saída da administração portuguesa, tampouco a independência da terra deles. Com certeza, já tinham ouvido falar de “independência” no Tanganhi-

14 Um novo “Estatuto indígena” tinha sido adotado em 1954, ainda mais repressivo do que o de 1926.

ca, mas com muita desconfiança, para além de a MAA não ter nenhum apreço pela MANU. A MAA queria a ajuda dos portugueses para que os Macondes retornassem a Moçambique e considerava a MANU, apoiada por Nyerere, como perigosa para este projeto. Queriam a liberdade para a sua terra, ainda não formalizada como independência. Quanto à “independência de Moçambique”, é preciso lembrar que, neste período histórico, o espaço Moçambique não fazia sentido algum para eles. Quatro anos depois, tudo começou a mudar, com certeza, mas não se pode analisar o massacre de Mueda de 1960 com base no que aconteceu a partir de 1964. E quanto ao número de mortos, cheguei à conclusão que este deveria ser entre 9 e 31 pessoas, em vez das 600 reivindicadas pela Frelimo¹⁵.

O meu caro colega Paolo Israël, antropólogo italiano radicado no Cabo Ocidental, África do Sul, discorda da minha análise. Ele é mesmo especialista do povo Maconde¹⁶, fala ximaconde, eu não; ele fez trabalho de campo durante anos no planalto, ao passo que eu fiz muito pouco; ele estudou as canções populares e outras fontes orais, enquanto eu trabalhei em fontes arquivísticas coloniais e fontes orais principalmente portuguesas, etc. E ele considera, com base nessas fontes macondes, que: 1.º) sim, houve aproximadamente 600 mortos e que foi uma ação deliberada do exército colonial; 2.º) a delegação pediu a independência; e que 3.º) essa independência era mesmo a independência de Moçambique e não só da terra dos Macondes.

E ele fez-me uma pergunta frontal: com base em que critério teriam as minhas fontes arquivísticas e coloniais orais mais valor do que as suas fontes africanas orais? Obviamente que não têm mais valor e lembro aqui o que foi dito *supra* sobre a necessidade de um uso decolonial dos arquivos coloniais... Mas a pergunta, a meu ver, não contempla a integralidade

15 Michel Cahen, “The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress”, *Africana Studia* 2 (Novembro de 1999): 29-46, http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS02_029.pdf.

16 Paolo Israel, “The Formulaic Revolution. Song and the ‘Popular Memory’ of the Mozambican Liberation Struggle”, *Cahiers d’études africaines* 197 (2010): 181-216; Paolo Israel, *In Step with the Times: Mapiko Masquerades of Mozambique* (Athens: Ohio University Press, 2014); Paolo Israel, “Mueda Massacre: the Musical Archive”, *Journal of Southern African Studies* 43, n.º 6 (2017): 1157-79.

da questão: não são fontes da mesma natureza e não se trata de medir os seus valores respetivos. Mas as ciências sociais ensinaram-nos que: 1.º) a memória é uma construção permanente¹⁷; e 2.º) não tem lugar na ausência de quadros sociais¹⁸. As testemunhas macondes interrogadas por Paolo Israel conheceram, *depois*, toda uma luta armada anticolonial dirigida pela Frelimo e mais de cinquenta anos de poder da Frelimo e de imposição da narrativa desta¹⁹. Associam naturalmente a tragédia de 1960 a tudo o que se sucedeu, *com toda a sinceridade*. Sim, pediam Uhulu; sim, isso era a independência; sim, essa independência era já a de Moçambique, etc.

Os arquivos coloniais veiculam a narrativa do colonizador²⁰. Mas têm uma vantagem: não mudam, são fósseis. Além disso, os atores coloniais que entrevistei nos anos 1980, um após o outro, nunca tinham voltado a viver em Mueda, não se tendo nunca mais encontrado para falar entre eles do assunto – alguns, nem todos, continuaram em Moçambique por algum tempo depois do massacre, mas noutras regiões. Isto é, encontrei obviamente várias contradições nas narrativas mas, precisamente, pude confrontá-las. E também utilizei fontes orais africanas, tanto recolhidas por mim como pelas brigadas do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane²¹.

17 Para um caso comparável – a polémica sobre a data de formação do MPLA (1956 ou 1960?) angolano e sobre o 4 de Fevereiro de 1961 (feito por membros do MPLA ou simpatizantes da FNLA?), baseado no facto de que todas as testemunhas confirmam a versão oficial quando as fontes escritas dizem o contrário – ver o estudo de Christine Messiant: “Em Angola, até o passado é imprevisível: A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades actuais de investigação”, in “Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação”, ed. Jill Dias, Rosa Cruz e Ana Oliveira Silva *et al.* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000), 803-59.

18 Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire* (Paris: Les Presses Universitaires de France, 1952 [1925]).

19 Esta narrativa também se impôs internacionalmente. O filme de Ruy Guerra (*Mueda, Memória e Massacre*, de 1982) contribuiu bastante para isso e assegurou a continuação de publicações “fiéis”, até hoje. Por exemplo, Raquel Schefer, “Between the Visible and the Invisible: *Mueda, Memória e Massacre* (1982) by Ruy Guerra and the Cultural Forms of the Makonde Plateau”, in *(Re)imagining African Independence: Film, Visual Arts and the Fall of the Portuguese Empire*, ed. Maria do Carmo Piçarra e Teresa Castro (Oxford: Peter Lang, 2017), 47-64.

20 Michel Cahen, “Arquivos coloniais, arquivos colonialistas?”.

21 Investigadores moçambicanos também utilizaram as fontes coloniais ao lado de fontes africanas. Ver, por exemplo, os artigos publicados em *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* 14 (Outubro de 1993), dossiê sobre Cabo Delgado: o enorme artigo de Yussuf

De qualquer maneira, não é questão de saber “quem tem razão”. Este debate é muitíssimo interessante e deverá ser aprofundado, porque trata-se precisamente das condições de produção da memória e da história²².

Mas pode-se dizer que há arquivos escritos e arquivos orais, bem como há literatura escrita e literatura oral? Penso que não e, ao dizê-lo, não estou a menosprezar as fontes orais. A expressão “arquivo oral” deve ficar estritamente reservada para as gravações (ou até transcrições) de testemunhas orais. *A memória não é um arquivo nem uma biblioteca* porque, como já disse, é um processo de produção permanente, sobretudo quando as gerações passam²³. A bela expressão “Um velho que morre é uma biblioteca que arde” é bem expressiva, mas não é rigorosa.

Condensarei essas linhas, a propósito da polémica sobre o número de mortes. Mesmo com a minha estimativa “baixa” (entre 9 e 31 vítimas), ainda é o incidente mais violento em Moçambique depois do fim da revolta de Barué (1921) e antes do início da luta armada de libertação (1964). Quando estava em Mueda, no ano 2000, interroguei uma

Adam, “Mueda 1917-1990 : resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento”: 9-102, não sobre o massacre propriamente dito, mas sobre a história social do planalto; e os artigos de Yussuf Adam e Hilário Alumasse Dyuti, “O massacre de Mueda: falam testemunhas”: 117-28; e o “Documento: o Estado colonial e o massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe”, editado por João Paulo Borges Coelho, 129-55. Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José já tinham reparado que “Sobre o massacre de Mueda [...] não nos parece [...] que se tenha feito um esforço para tentar comparar os diversos testemunhos existentes, do lado dos Portugueses e do lado dos Moçambicanos, reinterpretando os acontecimentos em função dos interesses de ambos os lados” (“História e a problemática dos factos”, in *Moçambique – 16 anos de historiografia*, ed. Alexandrino José e Paula Maria G. Meneses (Maputo: [Painel Moçambicano], 1991), 17-27 (sobre Mueda, ver 19-22)). Sinto-me corresponsável por esta situação, com o enorme atraso em publicar o resultado das minhas pesquisas...

22 As notas inseridas neste artigo não constituem em nada uma bibliografia da história do planalto de Mueda, nem da tragédia do 16 de junho de 1960. No entanto, deve-se citar também Harry G. West, *Kupilikula. O Poder e o Invisível em Mueda* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009 [ed. Inglesa: 2005]); Maria Paula Meneses, “The Silenced: Women and Their Levels of Experience against Mass Violence in Mozambique during the Late Colonial Period” (Coimbra: Centro de Estudos Sociais, estudo não publicado no quadro do programa PTDC/CVI-ANT/6100/2014 - POCI-01-0145-FEDER-016859 da FCT e do FEDER) (sobre a tragédia do 16 de junho de 1960, ver 10-16).

23 É o que, em Portugal, Margarida Calafate Ribeiro e António Pinto Ribeiro denominam “pós-memória”, mas isso é outra conversa... (https://memoirs.ces.uc.pt/index.php?id=22153&id_lingua=1&pag=22154).

testemunha do massacre, posteriormente militante histórico da Frelimo no planalto. Perguntei-lhe:

“– *Houve muitos mortos?*

– *Sim, muitos! Foram dezasseis!*

– *Ah! Pensava que eram seiscentos...*

– *... sim, depois recebemos a orientação que eram seiscentos*²⁴.

24 O valor “seiscentos” nem sempre foi reivindicado na narrativa da Frelimo. Tornou-se oficial quando Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo – assassinado pela PIDE em 1969 –, utilizou o testemunho de Joaquim Chipande – o alegado homem do “primeiro tiro” da luta armada de libertação, a 25 de setembro de 1964 –, que estava em Mueda no dia do massacre, mas não no seu exato lugar. Eduardo Mondlane, *Struggle for Mozambique* (Harmondsworth: Penguin Books, 1969); *Lutar por Moçambique* (Maputo: Nosso Chão, 1995), 98. Mas – falta de coordenação na produção da narrativa? – para o décimo ano do massacre, o valor afirmado é cento e cinquenta: “The massacre of Mueda, 16 June 1960-1970”, *Mozambique Revolution* 43 (Abril-Junho de 1970): 12-14.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Correspondência particular com o atual diretor do AHM, Dr. Joel Neves Tembe, 24 de Novembro e 4 e 5 de dezembro de 2019.

Correspondência particular com Dra. Maria de Lurdes Rosa, 4 de Dezembro de 2019.

Adam, Yussuf. “Mueda 1917-1990: resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento”. *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* 14 (Outubro de 1993): 9-102.

Adam, Yussuf, e Hilário Alumasse Dyuti. “O massacre de Mueda: falam testemunhas”. *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* 14 (Outubro de 1993): 117-28.

Anónimo. “The massacre of Mueda, 16 June 1960-1970”. *Mozambique Revolution* 43 (Abril-Junho de 1970): 12-14.

Associação Latino-Americana de Arquivos. *IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*, organizado por Maria de Lurdes Henriques. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, 2005.

Cahen, Michel. “The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress”. *Africana Studia* 2 (Novembro de 1999): 29-46, http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS02_029.pdf.

Cahen, Michel. “Arquivos coloniais, arquivos colonialistas? Riqueza e crítica das fontes. O caso dos arquivos da PIDE/DGS e dos SCCIM”. In *IV° Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*, organizado por Maria de Lurdes Henriques. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, 2005. <<https://www.academia.edu/19092545/>>.

Cahen, Michel. “The war as seen by Renamo. Guerrilla politics and the ‘move to the North’ at the time of the Nkomati Accord (1983-1985)”. In *The War Within. New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*, editado por Eric Morier-Genoud, Michel Cahen e Domingos do Rosário, 100-46. Martlesham: James Currey/Boydell and Brewer, 2018.

Cahen, Michel. “16 de Junho de 1960. Massacre de Mueda, Moçambique”. In *As voltas do passado*, editado por Miguel Cardina, e Bruno Sena Martins, 40-47. Lisboa: Tinta-da-china, 2018

Cahen, Michel. “Les ‘Bandits armés’ du Mozambique. De la légitimité dans une guérilla de droite”. *20 & 21. Revue d'histoire* I, n.º 1 (2019): 128-41 (dossier “Combattants irréguliers”, ed. Raphaëlle Branche, e Julie Le Gac).

Cahen, Michel. “Não somos bandidos”. *A vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Incomati (1983-1985)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019.

Cardina, Miguel, e Bruno Sena Martins. *As voltas do passado: a guerra colonial e as lutas de Libertação*. Lisboa: Tinta-da-china, 2018.

Coelho, João Paulo Borges. “Documento: o Estado colonial e o massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe”. *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* 14 (Outubro de 1993): 129-55.

Costa, Maria Inês Nogueira da. “Inventário do Fundo ‘Companhia de Moçambique’, 1892-1942: uma abordagem funcional da descrição dos arquivos permanentes”. Tese de doutoramento, Universidade Eduardo Mondlane, 1993.

Halbwachs, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1952 [1925]).

Israel, Paolo. “The Formulaic Revolution. Song and the ‘Popular Memory’ of the Mozambican Liberation Struggle”. *Cahiers d'études africaines* 197 (2010): 181-216.

Israel, Paolo. “Mueda Massacre: the Musical Archive”. *Journal of Southern African Studies* 43, n.º 6 (2017): 1157-79.

Israel, Paolo. *In Step with the Times: Mapiko Masquerades of Mozambique* (Athens: Ohio University Press, 2014).

Meneses, Maria Paula. “The Silenced: Women and Their Levels of Experience against Mass Violence in Mozambique during the Late Colonial Period”. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, estudo não publicado).

Messiant, Christine. “Em Angola, até o passado é imprevisível: A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades actuais de investigação”. In *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*, editado por Jill Dias, Rosa Cruz e Silva, Ana Oliveira et al, 803-59. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

Mondlane, Eduardo. *Struggle for Mozambique*. Harmondsworth: Penguin Books, 1969. (Edição moçambicana: *Lutar por Moçambique*. Maputo: Nosso Chão, 1995).

Morier-Genoud, Eric. *Catholicism and the Making of Politics in Central Mozambique 1940-1986*. Rochester: University of Rochester Press, 2019.

Nilson, Anders. *Paz na Nossa Época. Para Uma Compreensão Holística de Conflitos na Sociedade Mundial*. Maputo/Gotemburgo: Instituto Superior de Relações Internacionais/Padrigu, 2001.

Schefer, Raquel. “Between the Visible and the Invisible: *Mueda, Memória e Massacre* (1982) by Ruy Guerra and the Cultural Forms of the Makonde Plateau”. In *(Re)imagining African Independence: Film, Visual Arts and the Fall of the Portuguese Empire*, editado por Maria do Carmo Piçarra, e Teresa Castro, 47-64. Oxford: Peter Lang, 2017.

Silva, Teresa Cruz e, Alexandrino José. “História e a problemática dos factos”. In *Moçambique – 16 anos de historiografia*, editado por Alexandrino José, e Paula Maria G. Meneses, 17-27. Maputo: Painel Moçambicano, 1991.

West, Harry G. *Kupilikula. O Poder e o Invisível em Mueda*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009 [ed. Inglesa: 2005]).

Referência para citação:

Cahen, Michel. “Do ultramar ao pós-colonial. Reflexões de um historiador sobre Moçambique contemporâneo nos arquivos de Portugal e Moçambique.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 10 (2020): 249-267.